

# LOBBY

Os gastos da FAB, explica o ministro, são pela democracia. JORNAL DA TARDE

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, considera que qualquer custo, qualquer gasto extra de recursos em prol da democracia é válido, mesmo que os recursos venham do governo federal. Esse raciocínio foi desenvolvido pelo ministro ao justificar as viagens que o Ministério da Aeronáutica vem promovendo pelo País, para os constituintes.

O que está sendo feito, na visão do ministro, não é lobby em cima dos parlamentares, mas uma demonstração de vivência da democracia plena, pois a FAB quer mostrar aos integrantes do Congresso Nacional como funciona a organização militar, suas necessidades e suas realizações. "Vamos abrir a FAB para o Congresso Nacional. E pretendemos levar os parlamentares a todas as nossas unidades mais importantes. Logo estaremos viajando com os constituintes para o Maranhão, onde verão o centro espacial em construção. Pretendemos também levá-los até São José dos Campos, para que visitem o Centro Técnico Aeroespacial e a Embraer, e assim sucessivamente."

O brigadeiro fez questão de dizer que "democracia é isso", e lembrou que, quando morava nos Estados Unidos, cansava-se de ver parlamentares em visita às bases aé-

reas, questionando, controlando e fiscalizando todas as realizações da Força Aérea norte-americana.

O ministro mostrou-se revoltado com as críticas recebidas devido aos gastos feitos com viagens de parlamentares e reclamou: "Se a gente fecha a Força e não mostra nada para ninguém, criticam os militares. Agora, se a gente abre e mostra como funcionamos, nos criticam também. Mas não será isso que vai nos inibir, continuaremos a convidar os parlamentares, pois temos muita coisa para mostrar".

Segundo o ministro, nada tem sido falado sobre o problema crucial vivido atualmente pelos militares — a anistia geral prevista pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Comentou apenas que os parlamentares ficam sensibilizados com as necessidades da Força Aérea e prometem lutar pela concessão de maiores recursos no Congresso Nacional.

"Mas isso não é lobby", defendeu-se o ministro. "Trata-se de viver em democracia e para tal qualquer gasto é válido, pois trata-se de um custo-benefício."

O ministério, segundo um assessor, mostra-se ainda relutante em levar os deputados comunistas às bases aéreas, tendo-lhes mostra-

do apenas o Cindacta, assim mesmo na parte de controle do tráfego aéreo (aviação civil) e não da aviação militar, vedada aos civis.

Segundo esse assessor, "a gastar por gastar é preferível que seja com constituintes identificados com o pensamento do ministério, pois os comunistas acham tudo muito bonito, mas finalmente acabam votando contra as propostas dos militares".

Nesse contexto, no entanto, mostram-se os militares da FAB satisfeitos, pois, conforme revelaram, acabaram de ganhar um poderoso aliado no lobby que fazem em prol da manutenção, no ministério, do Sistema Integrado de Aviação Civil e Militar: a China.

O diretor da Administração Nacional do Tráfego Aéreo da República Popular da China, órgão vinculado ao Conselho de Estado, enviou convite à FAB para que envie um oficial brasileiro a Pequim, para falar sobre a solução brasileira do problema do controle do espaço aéreo. A Aeronáutica vem dispendendo esforços enormes na tentativa de manter o Sistema Integrado, por ela coordenado e alvo de críticas na Assembléia Nacional Constituinte, onde a FAB chegou a perder, em uma subcomissão, seus poderes sobre a aviação civil.

## Poucos oradores. E a sessão acabou bem mais cedo.

Como no sábado, poucos parlamentares ocuparam ontem a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte. E apesar de o final da sessão estar previsto para as 13h (havia começado às 11h em ponto), acabou terminando às 11h45, por falta de oradores. O primeiro a falar foi o deputado Jorge Arbage (PDS-PA), 2º vice-presidente da Constituinte, que analisou os trabalhos feitos até agora e elogiou a atuação do relator

da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que, em parte, fez uma avaliação pessimista do papel dos políticos: "O político, hoje, é sinônimo de tudo aquilo que não convence o povo brasileiro". O deputado Ivo Mainardi (PMDB-RS) pediu maior espaço ao Ministério Público na futura Constituição, para que a Justiça possa ser mais ágil. A reforma agrária foi tema dos deputados Adroaldo Streck

(PDT-RS) e Costa Ferreira (PFL-MG). Streck exigiu um tratamento mais sério para o assunto, "porque a forma em que está no projeto de Constituição é muito ambígua e pode transformar-se numa crise nacional". Ferreira, por sua vez, afirmou que a reforma agrária "é sinônimo de polêmica e tempo perdido". Otimista, o petista Paulo Delgado (MG) previu que a Constituinte vai acelerar as transformações sociais.

Começam hoje, segunda-feira, os testes com o placar eletrônico da Constituinte, mas serão os funcionários da Câmara que primeiro experimentarão os botões e as chaves das bancadas, nas alternativas do não, do sim e da abstenção, que serão expostas, respectivamente, com as cores vermelha, laranja e verde.


O sistema de votação eletrônica, que custou uma fortuna ao Legislativo, jamais funcionou regularmente, apresentando constantes defeitos técnicos, com a omissão de votos ou o registro defeituoso dos resultados.

Por isso mesmo, sempre que havia uma votação de questão polêmica, os votos eram tomados nominalmente, desprezando-se o sistema eletrônico.

A crise de confiabilidade ou de credibilidade, característica dos nossos dias, alcançava até a frieza do computador.

Assim, as votações através desse sistema foram realizadas apenas para os projetos de consenso ou de menor interesse. Quando as lideranças eram compelidas a promover a votação nominal sem o auxílio eletrônico, em razão de pedidos formu-

**Constituinte**



**A sensibilidade do computador**

**Freitas Nobre**

lados por um líder partidário ou um grupo de no mínimo 16 deputados, o processo consumia cerca de uma hora, quase sempre culminando com reclamações que retardavam ainda mais o resultado.

É verdade que a Câmara já andou usando um outro computador para a escolha de 50% das representações parlamentares ao Exterior, prática que foi sendo aos poucos esquecida ou desprezada, talvez porque a máquina tivesse mais sensibilidade que os colegas...

Agora, com o novo placar, que custou 60 milhões de cruzados, os técnicos da Telefunken estarão, a partir de hoje, realizando os testes,

podendo começar até mesmo com o período do mandato presidencial.

Na época do regime militar, variavam os interesses na utilização do placar eletrônico, com o presidente dos trabalhos anunciando, conforme o oportunismo das decisões: "O sistema eletrônico apresenta defeito", ou "está funcionando bem o sistema eletrônico".

Quando as galerias estavam lotadas ou as rádios e televisões transmitindo as votações, se projeto era impopular o ideal era votar logo e apagar rapidamente o placar.

No sistema que foi substituído, surgira um tipo de fraude ou de abuso. Eram deputados votando por colegas ausentes. (Quando há registro de votações, são estas que garantem o pagamento do jeton.) Na ocasião das votações fraudadas e flagradas pela imprensa, a Câmara promoveu uma reforma do sistema, colocando ao lado dos botões (sim, não e abstenção) uma chave de torção que obrigava o votante a ocupar as duas mãos concomitantemente.

Agora, o processo ficou mais sofisticado, pois, além de todos estes detalhes, acrescentou-se em continuação ao número da caderneta parlamentar o código pessoal.

Quando o deputado acionar esses dispositivos, seu nome vai aparecer no placar, mas seu voto só estará no visor quando projetado o resultado final.

Mas os deputados já estão reclamando que seus nomes nas plaquetas são tão pequenos que a partir da sexta fila fica difícil conferir a presença e o voto no placar.

Existem, porém, outras dificuldades. Só 459 bancadas estão preparadas, havendo um déficit de cem para os votantes que deverão utilizar-se de mesas suplementares tomadas aos taquígrafos.

E começam as brincadeiras com o novo computador, que, ao contrário do seu precedente, conta com memória, faculdade rara entre os colegas.

A reação maior, no entanto, é a dos parlamentares que não querem trocar o voto anunciado oralmente pelo registro computadorizado, que elimina a manifestação das galerias ou a repercussão da transmissão ao vivo pelo rádio e pela televisão. E argumentam, especialmente, com as questões polêmicas, quando o voto declarado pessoalmente dá a impressão de mais responsabilidade assumida pelo constituinte.

É claro que a economia de tempo no processo de votação é expressiva: apenas 15 minutos em lugar de uma hora com o voto nominal. Esperam os constituintes que a Mesa e o governo não cerceiem o direito de grande parte da Assembléia, que quer sentir a responsabilidade de votar os pontos importantes da Constituição. E a Mesa não poderá impedir essa forma de votação, se houver um requerimento regimental nesse sentido.

Ainda uma vez se coloca a importância do computador na sociedade moderna. A máquina pode e deve estar a serviço do homem, que a ela não se deve escravizar e, por isso mesmo, há ocasiões em que a comunidade reclama o acompanhamento direto e transparente das posições assumidas.

Não foi sem razão que Bergson, preocupado com o avassalador domínio da máquina, advertiu ser necessário devolver ao homem um quantum de alma que lhe foi furtado.

As máquinas podem dialogar melhor que os homens, podem algumas vezes ser até mais justas que eles, porque sua técnica é neutra, mas sem dúvida que a malícia e a má-fé do programador podem deixar uma dúvida ou uma suspeita, especialmente quando a tradição de seu uso não é tranquilizadora...